

1. Fielite  
2. - Ao Excm<sup>o</sup> Sub. Ministro da Educação e  
Cultura, para opinar, com urgência.

APTD 03.5.8.1-15/1

Exm<sup>o</sup> Sr Marechal Arthur da Costa e Silva  
D.D. Presidente da República do Brasil

Em 17.6.68

Sr Presidente

Arthur da Costa e Silva

Com todo o respeito que deve merecer e efetivamente nos merece o primeiro mandatário de nossa Pátria, dirigimo-nos a V. Excia. para expôr e reivindicar o que se segue:

De há muito que nós, estudantes brasileiros e democratas, assistimos ao crescimento dos problemas da nossa Universidade, atropelada por uma demanda que felizmente cresce a cada ano e, por outro lado, estrangulada por deficiências que precisam ser, com tãda a urgência e absoluta e efetiva prioridade, superadas e resolvidas e das quais, adiante, com a devida vênia, nos permitiremos alinhar as que nos parecem mais graves.

Do mesmo modo, Sr Presidente, vitoriosa a revolução de que foi V. Excia. um dos realizadores, renasceram as nossas esperanças / de que os estudantes verdadeiramente brasileiros e verdadeiramente democratas passariam a ser objeto de maior atenção em suas legítimas e, afinal, patrióticas reivindicações. O que ocorreu entretanto, Sr. Presidente, foi que, salvo uma ou outra honrosa exceção, a pouco e pouco, diante da permanência e em alguns casos do agravamento de problemas antigos, verificou-se a complacência, a omissão ou o intimidamento de grande número de professores e de diretores e reitores, para não citar a ausência de uma política de governo verdadeiramente vigorosa e eficaz no setor. A par disso e como consequência previsível, foi sendo reimplantada a agitação na área universitária por elementos que contam com comando e coordenação política e com meios e recursos para movimentar os seus representantes, para realizar as suas campanhas publicitárias, sem falar no apoio maciço de veículos de comunicação de massas, tudo a transmitir a falsa impressão de que representam verdadeiramente a classe estudantil quando, na verdade, representam apenas uma cortina que se interpõe entre ela e as autoridades, no propósito não de dialogar construtivamente mas, ao contrário, de criar dificuldades crescentes visando, como objetivo final - e tãda a Nação, hoje, já tem consciência do fato - a derrubada das instituições democráticas.



Urge quanto antes, Sr. Presidente, estejam alertadas as autoridades e a opinião pública sôbre a diferença existente entre motivos reais e meros pretextos. Nós, Sr. Presidente, não estamos vinculados a nenhum esquema político-partidário e não contamos com aqueles apoios. Daí que, por incrível que possa parecer, vamos acompanhando as idas e vindas de representantes que não são nossos, mas de entidades que a lei não reconhece e que se vinculam àqueles objetivos políticos acima mencionados, tal como em épocas anteriores a 31 de março de 1964.

Sr. Presidente, nós desejamos confiar em suas intenções, em seu espírito democrático e em sua bravura que dizem não apenas cívica como, até, física. Por isso, com ingentes esforços, nos reunimos neste apêlo que longe está de apresentar todos quantos poderiam a êle se juntar, outros fôssem os nossos meios de ação - para manifestar a V. Excia., que quer dialogar com os estudantes e, estamos certos, de preferência com os verdadeiramente democratas e patriotas, que nós existimos, somos maioria e perseveramos no propósito do diálogo brasileiro e honesto, como na confiança depositada no futuro democrático de nossa Pátria. Assim, nesse estado de espírito, certos de estarmos entabulando o diálogo que, na área estudantil, pode interessar ao nosso país, apresentamos as seguintes reivindicações, cujo atendimento será o penhor do revigoramento das nossas esperanças e do nosso entusiasmo.

São elas, Sr. Presidente, com todo o respeito, as seguintes:

1) Aumento do número de vagas na Universidade brasileira, considerados o interêsse do desenvolvimento nacional e as diferenças regionais, no sentido daquele desenvolvimento.

2) Reestruturação da Universidade brasileira em uma perspectiva mais nitidamente compatível com a realidade e o interêsse nacional, considerado inclusive o aumento do número de tipos de formação profissional.

3) Aumento dos recursos destinados à Educação.

4) Fixação de diretrizes de execução orçamentária no setor da Educação que resultem em cronograma de entrega de recursos previamente conhecido pelos responsáveis diretos pela execução dos diferentes encargos e programas, e rigorosamente cumprido.



5) Introdução, na reformulação da política governamental no setor universitário, de medidas corajosas no sentido do aumento real da eficiência a ser obtida do equipamento e do pessoal das universidades.

6) Realização de alterações especificamente no que toca à / organização e ao regime do pessoal docente, visando os objetivos do item anterior e o aumento de oportunidades de ingresso nas atividades docentes.

7) Estabelecimento de medidas adequadas à transformação das universidades que ofereçam conveniência e possibilidades, de simples universidades de ensino em universidades de ensino e pesquisa, visando uma contribuição mais efetiva no processo do desenvolvimento do Brasil em geral, e de cada uma de suas regiões, em particular.

8) Adoção, pelo governo, de medidas que obriguem a iniciativa privada a participar mais efetivamente do esforço governamental / no setor da Educação anulada qualquer possibilidade de ingerência na formulação e na condução da respectiva política através, entre outras providências, da criação de oportunidades de estágios remunerados visando o aprimoramento da formação profissional e o aceleramento do processo de desenvolvimento do país.

9) Fixação de uma política efetiva de restabelecimento do prestígio do mérito, inclusive através de prêmios a serem obrigatoriamente concedidos aos estudantes mais capazes e principalmente representados por contactos com os países de maior desenvolvimento e adiantamento técnico e científico, atentando sempre para o objetivo de impulsionar o processo do desenvolvimento nacional.

10) Reexame da política de representação discente, visando fortalecer a referida representação e elevar o interesse dos estudantes na mesma, bem como o prestígio das entidades estudantis perante a opinião pública e as instituições nacionais, com mais efetiva participação universitária na discussão e na solução dos nossos grandes problemas, por um lado; por outro, a garantia eficaz contra a infiltração e o controle das referidas entidades por qualquer extremismo que vise o desvirtuamento de suas finalidades úteis, e o desfiguramento do sadio nacionalismo e fidelidade democrática que deverão nortear todas as suas atividades. Em síntese, de modo a que, ao contrário de marginalizado, seja efetivamente integrado o estudante brasileiro no esforço de recuperação nacional, de progresso e de desenvolvimento econômico da nossa Pátria, a ser realizado com mais justiça



social, em uma sociedade verdadeiramente moderna, na qual se realizem, simultaneamente, o aperfeiçoamento daquela justiça, a par da ampliação das liberdades da pessoa humana e da consciência dos seus imprescritíveis deveres para com a comunidade e para com a Pátria.

Este, Sr. Presidente, o esperançoso apêlo que entregamos às vigorosas mãos do seu patriotismo.